

Conselhos de Políticas Públicas: Instrumentos de Controle Social e Participação Democrática



Tribunal de Contas
Mato Grosso
INSTRUMENTO DE CIDADANIA

Cassyra L Vuolo

A Construção Democrática no Brasil



Foto: RBP Designer



Tribunal de Contas
Mato Grosso
INSTRUMENTO DE CIDADANIA

Cenário Político

Em 1984, em estado ditatorial, milhões de brasileiros mobilizaram-se nas ruas, em torno do **movimento Diretas Já!**

Após **21 anos de ditadura militar**, em que o candidato do Governo era um militar, foi indicado um civil para presidente, com **eleições indiretas (Colégio Eleitoral)**. Ano: 1985.

Mesmo com a eleição e morte de Tancredo Neves, o Estado Democrático de Direito foi mantido, com a posse de José Sarney e com a instalação da **Assembleia Nacional Constituinte**.



A **POPULAÇÃO**
brasileira exerceu
PAPEL FUNDAMENTAL
nesta transição.

Cenário Político

Constituição de 88, com 27 anos de promulgação, foi um marco para a democratização das ações públicas.

O país saía de anos de autoritarismo, onde o aparelho estatal estava **engessado**, ineficiente e extremamente **burocrático**.

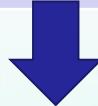
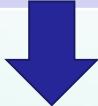
Nova era no Brasil, com **participação popular** ativa e combatente.

Há no país um
novo cenário
legal, político
e social.



Cenário Legal

CONSTITUIÇÃO CIDADÃ CF 1988	EMENDA CONSTITUCIONAL 19/1998	LRF LEI 101/2000	LEI 131/2009	LEI 12.527/2011
Fortalece a cidadania. (direito e deveres)	Administração Burocrática. (Foco em processos)	Participação da sociedade na elaboração do orçamento e no acompanhamento da aplicação dos recursos públicos. (transparência e clareza das informações Art. 48,I)	Determina a disponibilização, em tempo real, de informações sobre a execução orçamentária e financeira dos órgãos públicos.	Lei de Acesso a Informação: obriga todos os órgãos públicos a oferecer informações sobre suas atividades a qualquer pessoa que solicitar os dados.
Criação de instrumentos de controle social. (Conselhos Públicos)	Administração Gerencial (Foco em resultados)	Gestão fiscal responsável, responsabilização do gestor e participação da sociedade nas aplicações dos recursos públicos.	Todos os gestores têm a obrigação de divulgar as despesas e receitas da administração em páginas oficiais	Os gestores precisam disponibilizar no site todas as informações referentes a administração. A informação é a regra e o sigilo é exceção.



CIDADANIA
(Participação Popular + Conselhos Públicos)

EFETIVIDADE
(Resultado/
Eficácia, Programas e Projetos De Gestão)

RESPONSABILIZAÇÃO
(Participação Popular na Elaboração e Discussão dos Planos)

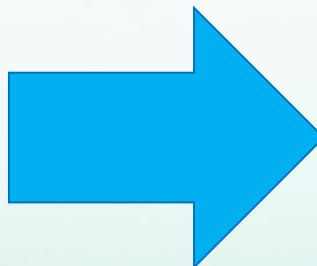
TRANSPARÊNCIA
(Órgãos Públicos)

TRANSPARÊNCIA
(Ativa e Passiva de Todos os Órgãos Públicos)



Cenário Social

Temos o **cenário político e legal**.
Agora, as nossas ações precisam apresentar o **novo cenário social**.



Cidadão, individual ou coletivamente, **exercendo seu papel de acompanhar e avaliar a gestão pública**.

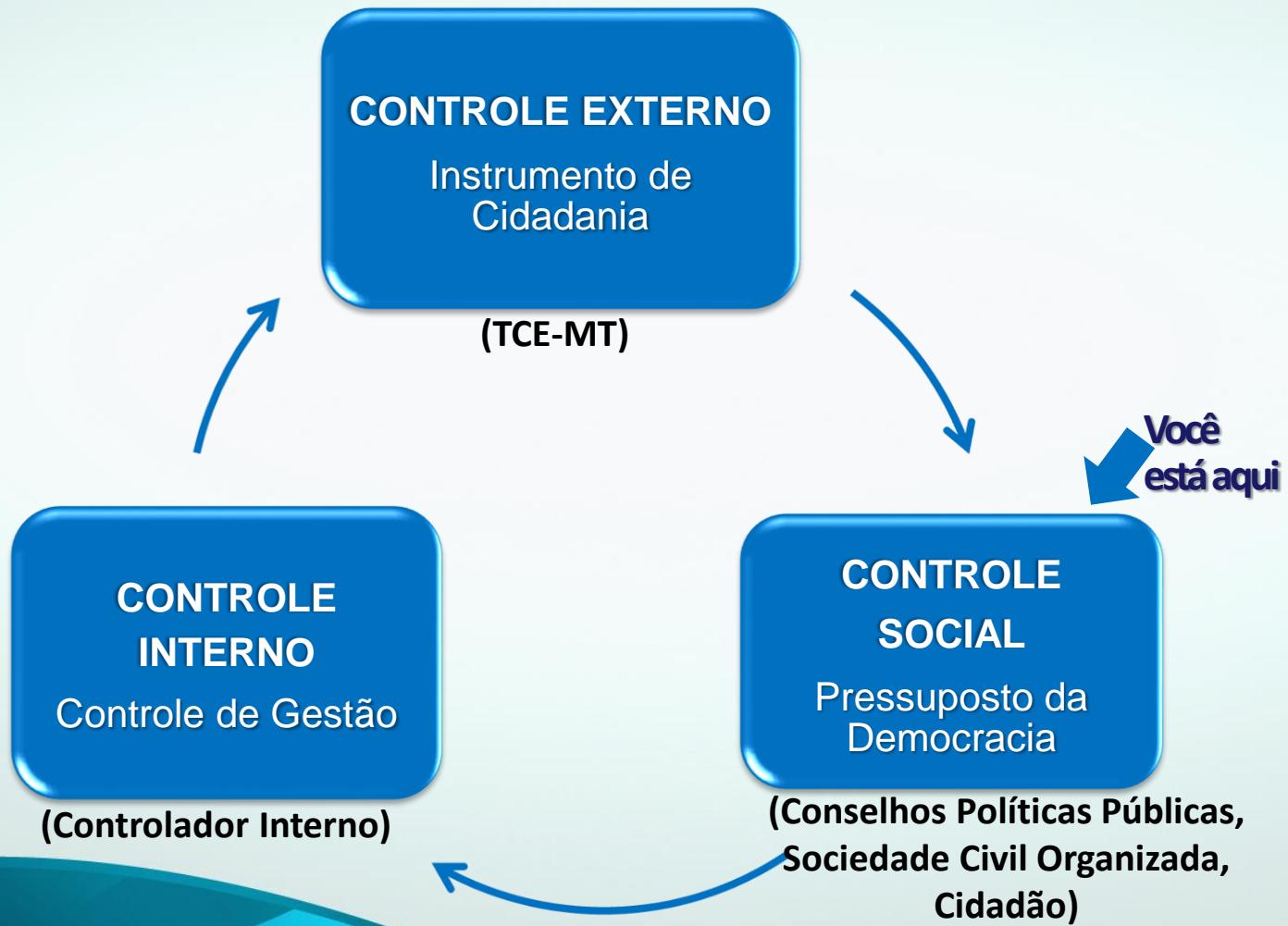


Controle Social: Fortalecimento da Cidadania



Tribunal de Contas
Mato Grosso
INSTRUMENTO DE CIDADANIA

Círculo Virtuoso do Controle



Controle Institucional

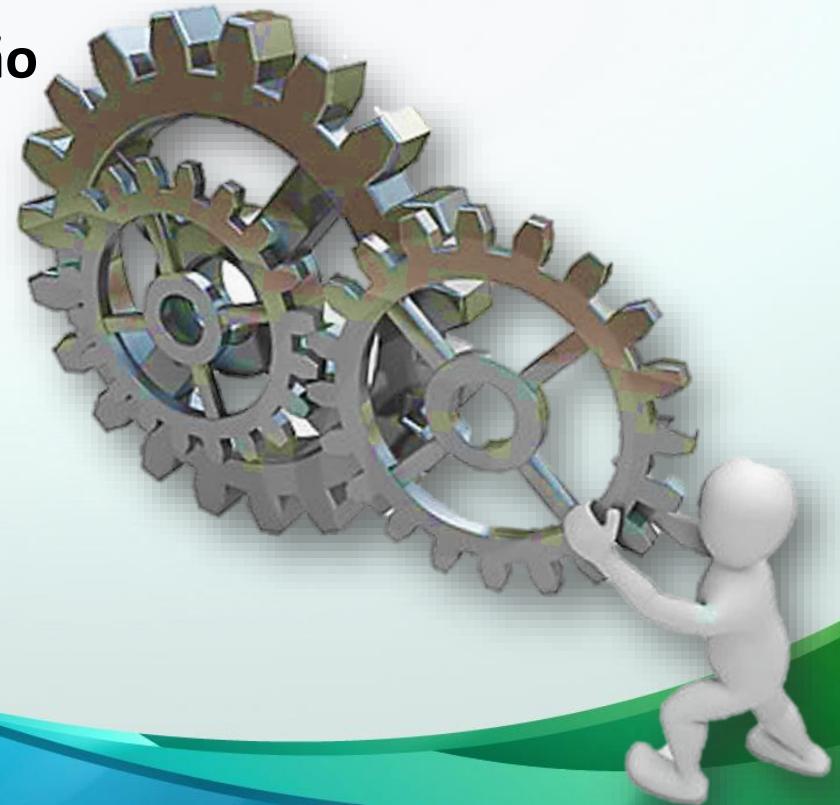
EXECUTIVO		LEGISLATIVO		JUDICIÁRIO
Controle sobre atos da própria administração		Controle sobre atos e agentes do Executivo		Controle sobre atos legais de qualquer dos Poderes
Controles Internos da Administração		Controles Externos da Administração		Controle Jurisdicional
Controle Interno Administrativo	Controle Interno Gerencial	Controle Político	Controle Técnico	Habeas Corpus Habeas Data Mandado de Injunção Mandado de Segurança Ação Popular Outros
Controle sobre os atos da entidade pela própria entidade	Controle sobre os atos da entidade por outra entidade	Controle sobre decisões políticas do Poder Executivo	Controle sobre atos de gestão dos recursos públicos	Tribunais de Contas, Comissões Orçamentárias e de Fiscalização
Função administrativas clássicas	Controladorias, Auditorias-Gerais, Sistemas de Controles Internos	Legislativo		Tribunais e Juízes

Fonte: Adaptado de Bugarin, Vieira e Garcia, (2003. p.29)



Para Jair Lima Santos:

“O controle social é o controle público não estatal, que **atua de fora para dentro do estado**, como exercício do **direito de fiscalização da atividade pública**, complementar ao estatal, (...) que converge para a **ampliação da participação popular no exercício do controle.**”





O exercício do **controle social**
é uma **garantia constitucional**
presente **nas leis que regem a**
administração pública



O objeto do controle social é **abrangente**, pois pode ser exercido na **elaboração do planejamento**, na **fiscalização da execução orçamentária** dos recursos públicos , **na prestação de contas** dos gestores e na **avaliação dos resultados das ações** do governo.



Grau de participação do público no processo decisório

Poder decisório da organização



INFORMAÇÃO	PERSUASÃO	CONSULTA	PARCERIA	CONTROLE
A decisão é tomada e o público é comunicado a respeito	A decisão é tomada e há uma tentativa de convencimento do público	O problema é apresentado, as opiniões são coletadas e a decisão é tomada	Os limites são previamente definidos; as informações são partilhadas e a decisão é conjunta	A decisão é tomada pelo público, que assume a responsabilidade pública

Fonte: Eldsvik, 1978 apud Sanchez, 2008, p. 411.



Participação do público nas decisões

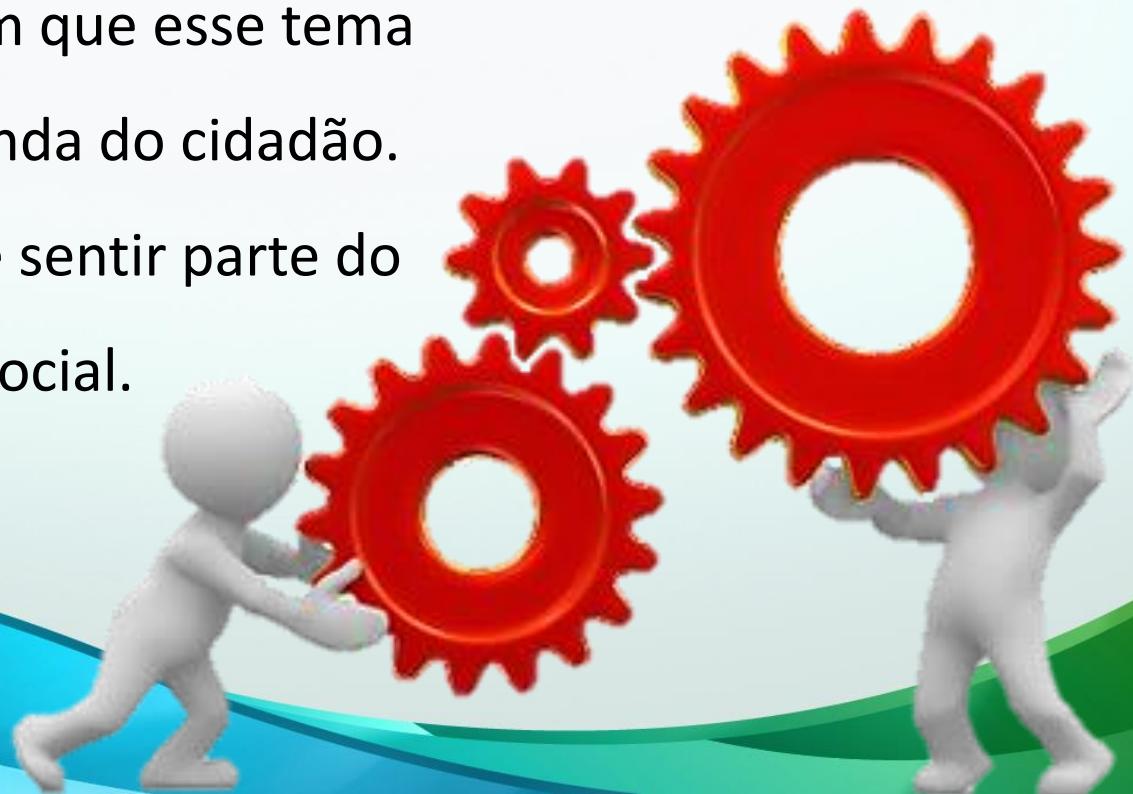


O Cidadão e o Controle Social

Não adianta os controles institucionais

(externo e interno) agirem, se não conseguem fazer com que esse tema seja inserido na agenda do cidadão.

O cidadão precisa se sentir parte do controle social.



Instrumentos de Controle Social

INSTRUMENTOS DE CONTROLE SOCIAL - INDIVIDUAIS

Instrumentos	Previsão Legal	Ação
Ouvidoria implantadas pelos órgãos públicos	CF Art. 37, XXX, §3º, I	Aprimorar o processo de gestão, favorecendo a autocorreção dos órgãos
Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)	Lei 12.527	Pedido de informação – Transferência Ativa
Denúncias aos órgãos de controle externo	CF Art. 74, §2º	Aprimorar a qualidade da aplicação dos recursos públicos
Ação Popular	CF Art. 5º, LXXIII	Propor ações/projetos para melhorar a vida social
Requerimento ou petição solicitando certidões ou informações junto aos órgãos públicos	CF Art. 5º, XXXIII Art. 37, §3º, II Art. 216, §2º	Garantir o direito de acesso a informação
Tribunal Livre	Regimento Interno do Legislativo	Ocupar o espaço da Tribuna Livre na Câmara Municipal para expor e defender um assunto

Instrumentos de Controle Social

INSTRUMENTOS DE CONTROLE SOCIAL - COLETIVO

Instrumentos	Previsão Legal	Ação
Conselhos de Políticas de Públicas	CF e normas infraconstitucionais	Mobilizar, propor, acompanhar e medir os resultados dos serviços prestados ao cidadão
Audiência Pública	CF e LRF	Opinar sobre assuntos de interesse público coletivo
Ação Civil Pública	CF Art. 129, III	Coibir abuso ou desvio de recursos do poder
Orçamento participativo adotado por gestores	CF art. 29, XII LRF art. 48, único Leis Municipais	Definir prioridades de execução das políticas públicas
Fórum/Reunião/Associação/Sindicato	-	Discutir, propor e agir para solucionar problemas da coletividade ou melhorar a qualidade de serviços prestados ou colocados à disposição da sociedade



Quais ações de Controle Social você realiza?

- **Participa** das Audiências Públicas?
- **Vai as reuniões** que discute o Orçamento Participativo?
- **Frequenta a Câmara Municipal** para discutir assuntos de interesse da população?
- **Acompanha as prestações de contas** da Prefeitura?
- **Recorre as ouvidorias** para reclamar de má qualidade ou denunciar irregularidades nos serviços públicos?



Quando os indivíduos se recusam a participar das decisões sociais:

- Aceitando que os problemas da sociedade sejam **pensados e resolvidos** por **outras pessoas**;
- Deixando de **participar dos debates** sobre a definição e o planejamento das **políticas públicas**;
- Desconhecendo a **destinação dos recursos orçamentários**;
- Enfraquecendo a **democracia** com a ausência de legitimação das ações e decisões públicas.



Seja um cidadão atuante

- **Informe-se:** Leia as notícias e navegue pelos sites oficiais dos órgãos públicos
- **Siga as redes sociais:** acompanhe publicações no facebook e twitter das instituições públicas
- **Acesse o Portal Transparéncia**
- **Acompanhe os sites de fiscalização do governo**



Transparéncia no seu Município

TRANSPARÊNCIA PÚBLICA – Março 2015		
	PREFEITURA	CÂMARA
Ouvidoria	SIM	SIM
Portal Transparéncia	NÃO	NÃO
SIC – Serviço de Informação ao Cidadão	NÃO	NÃO

Fonte: Site TCE – Espaço Cidadão



Controle Social no seu Município

Controle Social – Março 2015

PREFEITURA	
Inseriu os dados dos Conselhos de Políticas Públicas no Portal Transparência do Município	NÃO
Enviou para publicação no Espaço Cidadão/Site TCE-MT os dados das Audiências Públicas realizadas	SIM
Enviou para o TCE-MT as Atas das Audiências Públicas realizadas	LRF Cidadão (Aplic) PPA / LDO / LOA

OBS.: Enviar para o TCE-MT os dados dos Conselhos de Políticas Públicas do mês de janeiro de 2015, atualizar os mesmos sempre que houver alterações na composição e enviar todos os meses as atas das reuniões dos CPP

Conselhos: Instrumentos de Controle Social:



Tribunal de Contas
Mato Grosso
INSTRUMENTO DE CIDADANIA

Na constituição de 88 os conselhos de políticas públicas ganharam forma. mas, foi a partir da formatação de leis específicas, ainda nos primeiros anos da década de 90, e que começaram a se efetivar.

A simples existência da estrutura dos conselhos de políticas públicas **não garante** a sua **efetividade**.





Enquanto espaço de articulação da sociedade com os agentes estatais, os conselhos de políticas públicas estão centrados em **dois pilares**:

1 – Democratização
(ampliação da participação social)

2 – Descentralização
(das políticas sociais e fortalecimento do poder local)

A **identidade dos conselhos** foi constituída a partir dos novos movimentos sociais e embasadas em **dois fatores**:

1 – O reconhecimento do povo como **agente transformador**

2 – **Cultura crítica**, com base no repúdio a todas as formas de opressão





Os conselhos são espaços públicos de composição plural e paritária entre estado e sociedade, de natureza propositiva, mobilizadora, deliberativa e consultiva.



Natureza Propositiva dos Conselhos

Visão Global e Sistêmica da Gestão





Tribunal de Contas
Mato Grosso
INSTRUMENTO DE CIDADANIA

Oficina: Identificação das demandas da sociedade em relação às políticas públicas



Tribunal de Contas
Mato Grosso
INSTRUMENTO DE CIDADANIA

Por que fazer a Oficina?

Resultados da pesquisa realizada pelo TCE-MT e a UFMT



- ✓ 55% **quase não tem acesso** às informações do orçamento
- ✓ 38% **não acompanham a elaboração e discussão** na Câmara Municipal do PPA, LDO e a LOA
- ✓ 60% **atuam muito pouco** na **avaliação** dos resultados de **políticas públicas**
- ✓ 45% afirmaram que **procuram realizar trabalho integrado** com os órgãos de **controles externo e interno**
- ✓ 66% disseram que **não participam** de qualquer ação que **envolva o planejamento** dos municípios

E como será a oficina?



Tribunal de Contas
Mato Grosso
INSTRUMENTO DE CIDADANIA

Metodologia

A oficina será realizada da seguinte forma

- Em grupo para conhecimento e priorização das demandas indicadas pela sociedade que serão inseridas no Planejamento Estratégico
- Sistematização das demandas priorizadas
- Apresentação em plenária



Oficina: Composição dos Grupos

1. Proteção do Gênero Humano:

Defesa de Direitos, Assistência Social, Criança e Adolescente, Idoso, Mulher, Tutelar, Pessoa com Deficiência e Juventude

2. Educação:

Educação, Alimentação Escolar, FUNDEB, esporte (Desporto), Cultura, Bolsa Família e Transporte Escolar



Oficina: Composição dos Grupos

3. Saúde:

Saúde, Segurança Alimentar e Nutricional,
Antidrogas e Segurança Pública

4. Desenvolvimento Econômico:

Turismo, Economia Solidária,
Trabalho, Emprego, Indústria,
Comércio, Habitação e Transporte

5. Patrimônio da Humanidade: Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural Sustentável



Oficina: Orientações

Os grupos devem eleger: **1 Coordenador, 1 Orador e 1 Secretário** (Todos Conselheiros)



Trabalho nos grupos: (1h30min)

- ✓ **Levantar** as demandas da sociedade nas suas respectivas áreas, **(60min)**
- ✓ **Documentar** 5 demandas por ordem de prioridade **(15min)**
- ✓ **Formalizar** o documento final do grupo e entregar para digitação **(15min)**



Oficina: Orientações

➤ Sistematizar as demandas (15min)

Digitação dos resultados dos grupos e aplicação da avaliação reativa

➤ Trabalho em plenária (15min, sendo 3min para cada grupo)

Apresentação pelo orador dos grupos, que deve ser um conselheiro



- *Deve ser feita apenas a leitura das demandas*
- *Não haverá discussão e nem explanação dos motivos*

Atenção senhores conselheiros



As demandas priorizadas **devem buscar** alcançar os resultados das políticas públicas (*as ações priorizadas devem indicar o que fazer*) e **não os meios** para atingi-las (*não dizer como fazer*).



Características das demandas priorizadas nos grupos:

- Construção coletiva
- Consenso nas decisões
- Representar os **anseios da sociedade**
- Conteúdos **transversais**



Como pensar de forma transversal?

- Reduzir o número de pessoas acidentadas
(Saúde e SMTU)
- Melhorar a qualidade da água
(Meio Ambiente e Saúde) (Educação e Turismo)
- Diminuir o déficit habitacional
(Habitação e Assistência Social)
- Aumentar a cobertura de crianças em creche
(Educação e Assistência Social)
- Reduzir a Pobreza
(Assistência Social e Emprego)



Mapa da Dependência

Percentual da
População inscrita
no Cadastro Único

POR ESTADO



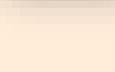
NO BRASIL



Fonte: REVISTA VEJA do dia 23/4/14,
MDS, IBGE e Governo Federal

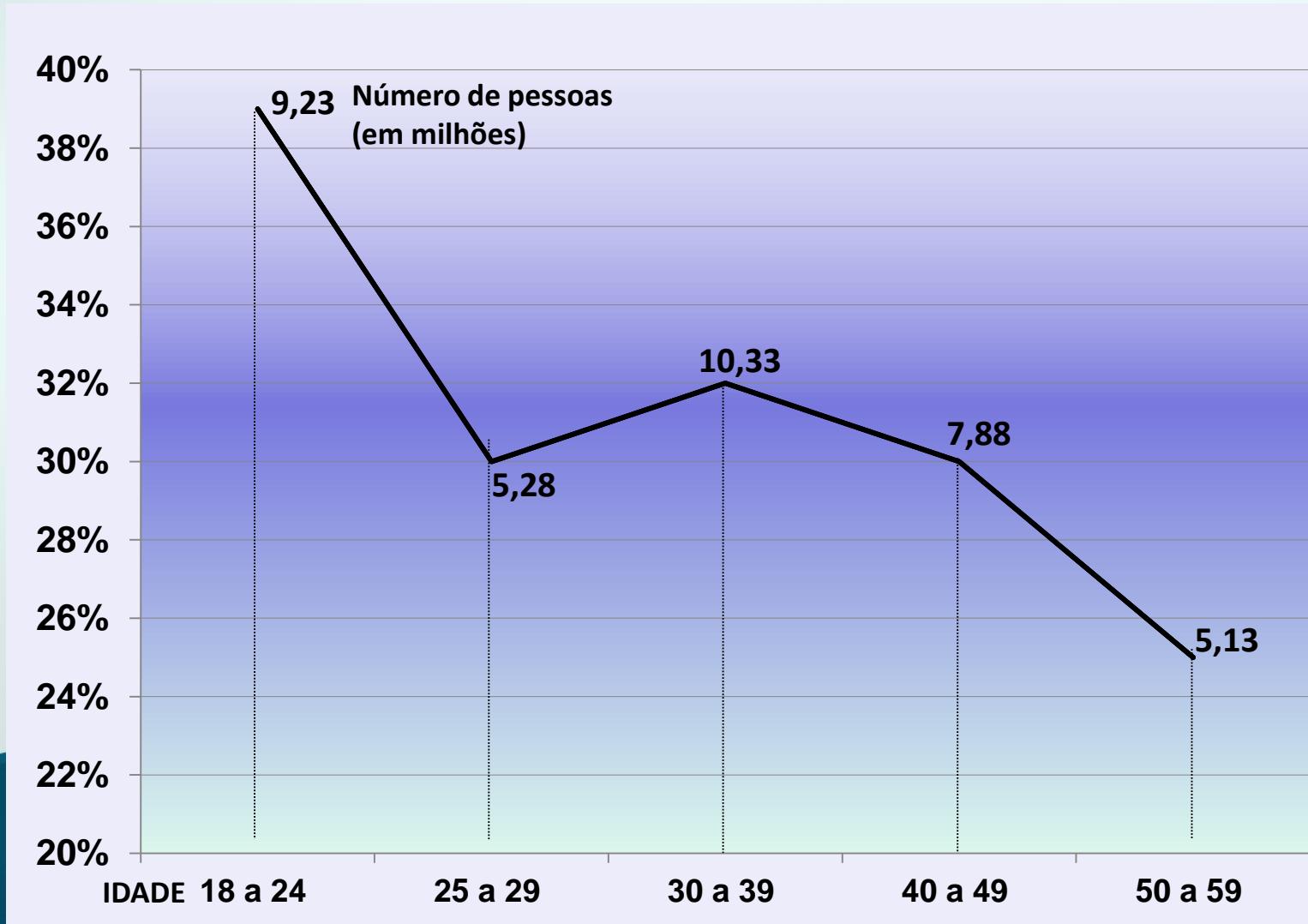


Maiores Programas Sociais

	BENEFICIÁRIOS	ORÇAMENTO (R\$)
	Bolsa Família 50 milhões	24 bilhões (2013)
	Farmácia Popular e Saúde não tem Preço 12,2 milhões	3,3 bilhões (2013)
	Minha Casa, Minha Vida 7 milhões	73,2 bilhões (2009-2013)
	Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego) 5,7 milhões inscritos desde 2011	2,4 bilhões (2013)
	Renda Mensal Vitalícia e Benefício de Prestação Continuada 2 milhões de idosos e 1,8 milhão de pessoas deficientes	33 bilhões (2013)
	Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) 3,5 milhões	21 bilhões
	FIES (Fundo de Financiamento Estudantil) 1,1 milhão de pessoas com empréstimos ativos	7,5 bilhões (2013)
	Prouni (Programa Universidade para Todos) 517 mil (matriculas ativas em 2013)	814 milhões
	Bolsa Pescador (Seguro-Defeso) 714 mil (2013)	1,9 bilhão (2013)

Fonte: REVISTA VEJA do dia 23/4/14, MDS, IBGE e Governo Federal

Porcentagem da População que Recebe Benefícios por Faixa Etária



Fonte: REVISTA VEJA do dia 23/4/14/MDS, IBGE e Governo Federal

IDEB – 2013 e Prova Brasil - 2011

MUNICÍPIOS ADESOS AO PDI	IDEB		ANOS INICIAS (AI)		ANOS FINAIS (AF)	
	AI	AF	PORT.	MAT.	PORT.	MAT.
Campos de Júlio	5,9	5,4	46%	44%	32%	32%
Chapada dos Guimarães	4,4	4,7	22%	17%	-	-
Colíder	5,6	4,8	40%	33%	30%	14%
Confresa	4,3	3,9	14%	7%	9%	9%
Marcelândia	4,9	4,6	22%	17%	12%	2%
Nortelândia	6,1	5,5	74%	58%	32%	23%
Nova Olímpia	-	4,3	31%	33%	-	-
Querência	5,1	4,8	28%	14%	23%	8%
São Félix Araguaia	4,1	3,8	28%	28%	19%	10%
Tapurah	5,6	4,7	25%	11%	18%	9%

Fonte: QEdu/IDEB - 2013

Números do Município

Dados Municipais	2011	2012	2013
Receita Arrecadada	R\$ 26,8 mi	R\$ 26,7 mi	R\$ 30,3 mi
Despesas Realizadas	R\$ 25,4 mi	R\$ 25,2 mi	R\$ 27,9 mi
Despesas com Pessoal	R\$ 8,4 mi (9,33%)	R\$ 9 mi (7,19%)	R\$ 10,3 mi (14,47%)
Índice de aplicação na Educação – mínimo 25%	25,80%	25,86%	33,91%
Índice de aplicação na Saúde – mínimo 15%	15,11%	20,44%	45,04%

Fonte: Site TCE – Espaço Cidadão

Números da Saúde

INDICADORES	RESULTADOS		Variação (B)/(A) (%)	Média Mato Grosso 2013
	Avaliação realizada 2012 (A)	Avaliação realizada 2013(B)		
Taxa de mortalidade infantil	31,25	30,53	0,98%	14,42
Taxa de internação por IRA (infecção respiratória aguda) em menores de 5 anos	0,00	11,53	0%	23,11
Cobertura terceira dose vacina tetravalente	58,78	73,32	1,25%	95,66
Taxa de incidência de dengue	37,33	425,77	11,41%	1.061

Fonte: Site TCE – Políticas Públicas Saúde

Números da Educação

ESCOLA ESTADUAL – SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

	Escola	IDEB 2011	IDEB 2013	SITUAÇÃO
Anos Iniciais	EE Professora Hilda Rocha Souza	3,8	4,1	Melhorar
	EE Severiano Neves	4,6	4,1	Alerta
Anos Finais	EE Professora Hilda Rocha Souza	4,1	3,7	Atenção
	EE Severiano Neves	3,6	3,9	Melhorar

OBS.: As Escolas Municipais não realizaram provas nos anos iniciais e finais



Quem ganha com isso?



Tribunal de Contas
Mato Grosso
INSTRUMENTO DE CIDADANIA

Quem ganha com isso?



Poder Executivo

- Ações articuladas e legitimadas pela sociedade

Poder Legislativo

- Mais efetividade nas decisões

Sociedade

- Estabelecimento de vínculo produtivo e debate público continuado com o poder local

Tribunal de Contas

- Potencializar as ações e os resultados dos controles externo, interno e social



Reflexão Final



Tribunal de Contas
Mato Grosso
INSTRUMENTO DE CIDADANIA

CARTA DE UM SOLDADO AMERICANO

“...não é possível sermos derrotados por um grupo de miseráveis.

...temos a melhor tecnologia do mundo...

Mas..., o inimigo vem e nos derrota de novo...

...Sabemos que somos mais fortes do que eles... Mas eles é que estão nos vencendo. São como formigas e surgem por todos os lados. Sabem exatamente o que têm de fazer.

Todos eles têm cara de criança e, o que é mais estranho, não parece estar lutando por suas vidas. Parece que lutam por algo muito maior. ...nenhum de nós sabe por que está aqui, muito menos o que esperam da gente...

...O meu problema não é lutar, mas ter uma razão para lutar...

...esse sargento norte-americano morreu na guerra do Vietnã. Sem saber a razão da sua luta... Sem a mínima motivação para lutar... Derrotado por um exercito desnutrido, sem tecnologia, mas com uma razão para combater.”





**Qual é o fato motivador
de sua atuação?**



**O problema não é
lutar, mas ter uma
razão para lutar**





Tribunal de Contas
Mato Grosso

INSTRUMENTO DE CIDADANIA

Muito Obrigada!

Cassyra L Vuolo

Assessora de Articulação Institucional
e Desenvolvimento da Cidadania

cassyra@tce.mt.gov.br

(65) 3613-2951